



DECLARAÇÃO

22 MARÇO, DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Água é um direito, não é uma mercadoria!

Celebramos o Dia Mundial da Água em luta! As consequências do capitalismo e do voraz apetite da “economia de mercado” em transformar a Água – Direito de Todos, numa mercaria geradora de lucros, fazem-se sentir de forma cada vez mais devastadora. O ciclo da água está cada vez mais ameaçado com a conseqüente redução da disponibilidade de água doce, com a poluição dos rios, aquíferos e ecossistemas.

É hoje evidente que as soluções baseadas na proteção do ciclo natural da água, o tema escolhido pelas Nações Unidas para este ano, permitiriam resolver a maioria dos factores críticos relacionados com o acesso à água.

No entanto, a visão que continua a dominar as políticas é a da "mercantilização" da água, da água - mercadoria, e não como bem comum e público, não como direito e fonte de vida, mas sim como um “activo” um “capital natural”, no qual se deve investir em termos económicos e financeiros. Neste âmbito, as “soluções” propostas são cada vez menos naturais e mais “*tecnocêntricas*” e dispendiosas.

E é de negócio, de indústria e de mercados da água, que trata o Fórum Mundial da Água, evento promovido pelas multinacionais, cuja natureza, origem e objectivos são claros: promover a mercantilização e a privatização deste bem essencial à vida.

A sua realização no Brasil levanta ainda acrescidas preocupações. Este país possui 12% da água doce do planeta e a maior bacia hidrográfica do mundo, e as grandes empresas

contam agora com um governo aliado dos seus interesses. Como dizem os nossos companheiros do Brasil: «O golpe também chegou à água»!

Em contraponto ao Fórum Mundial, realiza-se o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), sob o lema «Água é um direito, não é uma mercadoria», evento que reúne os movimentos sociais, os sindicatos e população em geral, iniciativa que saudamos de forma solidária e empenhada. Como afirma o seu Manifesto: a «água deve estar ao serviço dos povos de forma soberana, com distribuição da riqueza e sob controlo social legítimo, popular, democrático, comunitário, isento de conflitos de interesses económicos, garantindo assim justiça e paz para a humanidade».

É neste plano que nos colocamos, reafirmando que as “crises” que atingem a Humanidade, designadamente, o acesso brutalmente desigual à água e ao saneamento que atinge 2,1 mil milhões de pessoas, não se resolve insistindo num modelo de crescimento predador, extractivista e privatizador, pelo contrário.

O que é preciso é outra organização dos processos produtivos, orientados para o interesse comum, para a sustentabilidade, para o respeito pela natureza, o que só é possível num quadro de uma visão de longo prazo, sólida, integrada e planeada.

O que é necessário é recuperar de forma urgente as nossas florestas, rios, lagos, aquíferos e zonas húmidas como património ambiental comum e público, ao serviço de todos, e de defender a água como direito humano fundamental, consagrado como tal pelas Nações Unidas em 2010, e como bem público de acesso universal.

O que é indispensável é uma Administração Pública da Água com capacidade para mapear as áreas de cheias, para proteger as origens de água, para conhecer a água subterrânea, para agir e cumprir as funções que lhes estão cometidas em domínio fundamentais como a monitorização, a fiscalização, o combate à poluição, ao invés da desresponsabilização do Estado que foi abrindo campo à impunidade, patente por exemplo na poluição do Rio Tejo, alvo de crescentes descargas poluentes, problema também presente em outros rios e ribeiras nacionais.

O que se exige é o impedimento da mercantilização da água e da concessão/privatização dos serviços de água e saneamento, a recuperação para a gestão pública dos serviços privatizados e a valorização do Poder Local, das suas competências e atribuições na

água e no saneamento, assegurando a sua dotação financeira para o exercício dessas responsabilidades e competências, condição indissociável da defesa do direito à água em Portugal.

Rejeitamos por isso a entrega dos serviços municipais de águas a empresas controladas pela *Águas de Portugal* - que já controla o fornecimento de água aos municípios, como é o caso do processo em curso no Alto Minho, porque isso abre espaço a uma gestão puramente mercantil da água, retira às autarquias qualquer capacidade de intervenção democrática na sua gestão, afasta os serviços das populações, põe em causa os direitos laborais e agravará os custos deste bem essencial.

Tal como a água, os trabalhadores não são uma mercadoria! É preciso que o trabalho e os trabalhadores das águas sejam valorizados e dignificados nos seus direitos, garantindo estabilidade laboral, melhores salários e carreiras profissionais.

Como a realidade em Portugal, e lá fora, comprova cada vez mais, o que as pessoas querem é água pública, não querem liberalização, privatização ou regulação tecnocrática.

Este é o caminho para proteger as actuais e futuras gerações!

Lisboa, 22 Março de 2018

A Direcção Nacional